



ÓFICIO Nº22/2024

A DIRECÇÃO/Lisboa, 10-07-2024

Assunto: **Resumo da reunião com a Secretária de Estado da Cultura (Dra. Maria de Lurdes Craveiro)**

Data: 20 de junho de 2024

Local: Palácio da Ajuda

Participantes:

Ministério da Cultura: Maria de Lurdes Craveiro (SEC)
Patrícia Bento (chefe de gabinete);
Paulo César (assessor)
Júlio Iria (jurista)

Direção do STARQ: Regis Barbosa (presidente)
Adriana Gomes (vice-presidente)
Raquel Gonzaga (vice-presidente)

Ordem dos trabalhos:

1. Reestruturação da DGPC
2. Infraestrutura informática
3. Recrutamento
4. Protocolo entre CCDR-LVT e FLUL
5. Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA)
6. Investigação no LARC
7. Instalação do CNANS e LARC
8. SIADAP
9. Bolsas de doutoramento “Ciência no Património Cultural”
10. Alterações à lei de bases do património cultural nº107/2001

1. Reestruturação do setor do Património Cultural

A problemática da reestruturação do sector da arqueologia – PC, IP; MMP e CCDR– foi abordada, tendo sido questionado se o processo de descentralização continuará. Referiu-se as dificuldades de articulação entre o PC, IP e as CCDR na gestão processual. Frisou-se a necessidade de uma plataforma digital integrada entre PC, IP e CCDR para tramitação dos processos partilhados.

2. Infraestrutura informática

Discutiu-se sobre as ferramentas informáticas, nomeadamente sobre o Portal do Arqueólogo e sobre o Endovélico/Geoportal, que são obsoletas.

Foi também referida a implementação do GooPortal, um pretenso sistema de gestão documental implementado pelo PC, IP que funciona mal, provocando muitos transtornos nos serviços.

Foi salientada a necessidade urgente de digitalização do Arquivo de Arqueologia Portuguesa e a criação de um repositório digital acessível a todos.

3. Recrutamento

O recrutamento de arqueólogos no setor público já foi assumido anteriormente pelo Ministério da Cultura / DGPC.

Em reunião foi apresentada uma tabela com o número mínimo de arqueólogos e outros trabalhadores de Arqueologia que devem ser contratados para suprimir as necessidades de cada unidade.

Durante a reunião, foi destacado que o envelhecimento dos quadros, as aposentações e a carência de recursos humanos são problemas generalizados no setor público.

Também questionaram o STARQ sobre o número mínimo de trabalhadores apresentado na tabela. A direção do STARQ explicou que esses dados são baseados no histórico de aposentações, outras vacaturas de postos de trabalho e nos plenários com os trabalhadores, onde são discutidas as dificuldades sentidas e o volume de trabalho correspondente, resultando no diagnóstico das necessidades em recursos humanos.

4. Protocolo entre CCDR LVT e FLUL (UNIARQ)

Foi mencionada a criação do protocolo entre a CCDR LVT e a FLUL (UNIARQ) devido ao número insuficiente de técnicos transferidos para a CCDR-LVT.

A direção do STARQ demonstrou descontentamento relativamente a este protocolo, pois trata-se de uma solução que recorre a vínculos precários e à subcontratação de competências nucleares daquele organismo público.

Também foi mencionada a omissão do PC, IP relativamente a este protocolo, não se conhecendo qual a sua posição, enquanto organismo tutelar, sobre o assunto.

Os elementos do Ministério da Cultura demonstraram preocupação relativamente a este assunto e não estão de acordo com a solução adotada.

5. Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA)

Foi destacado que, nos anos anteriores, houve dotação financeira destinada ao PNTA. Porém, a DGPC falhou na sua implementação devido à incapacidade dos serviços.

A Secretária de Estado manifestou preocupação e indicou que se deve pôr em prática esse financiamento na investigação arqueológica.

6. Investigação no LARC

O Despacho de criação das unidades orgânicas do Património Cultural, IP, retirou ao LARC a competência de promover a investigação científica. Os trabalhadores do LARC enviaram um email ao conselho diretivo do PC, I.P. e à anterior Secretária de Estado da Cultura sobre a omissão desta competência, mas não receberam qualquer resposta.

7. Instalações do CNANS e LARC

Foi apontada a necessidade de melhores condições nas instalações do CNANS e do LARC, incluindo a ampliação das instalações para receber coleções e materiais.

8. Avaliações de SIADAP

Foram abordados os vários incumprimentos da Lei do SIADAP ocorridos na DGPC ao longo dos anos relativamente às avaliações.

9. Bolsas de doutoramento “Ciência no Património Cultural”

Foi abordado que a divisão entre MMP e PC, IP dificultou o processo de colocação dos novos bolseiros. Não há informação, em concreto sobre os contratos e o início dos trabalhos do bolseiro colocado no CNANS.

Foi indicado ao STARQ que encaminhe os processos destes casos para que possam ser encaminhados e tratados de forma adequada.

10. Alterações à Lei de Bases do Património nº107/2001

A direção do STARQ questionou as intenções da Ministra da Cultura relativamente ao seu comunicado público sobre a alteração da Lei de Bases nº107/2001.

A Secretária de Estado informou que não está previsto nenhum processo de revisão legislativa, neste momento.

Em suma, a Secretária de Estado da Cultura afirmou que os problemas levantados em reunião serão acompanhados e que haverá empenho em resolvê-los, embora reconheça a complexidade de alguns casos.

Foi solicitado ao STARQ que envie informação e documentação adicional sobre os processos concretos referidos para que possam ser devidamente encaminhados e solucionados.